

HELP  
Human Rights Education for Legal Professionals

# LABOUR RIGHTS AS HUMAN RIGHTS

HELP  
Human Rights Education for Legal Professionals  
Council of Europe

Co-funded  
by the European Union



Co-funded and implemented  
by the Council of Europe

## Direitos laborais enquanto direitos humanos **CURSO ONLINE HELP**

**Duração: 13 horas**

**Disponível gratuitamente na  
plataforma de e-learning  
HELP do CdE**

**Certificado de aprovação**



**INICIAR CURSO**

Conselho da Europa  
Programa de Educação em Direitos Humanos  
para Profissionais da Justiça (HELP)

2021

## Contexto e conceitos-chave

Em tempos de recessão económica, a meta do pleno emprego deve andar de mãos dadas com a **proteção dos direitos laborais**. A proteção dos direitos laborais beneficia os trabalhadores e os seus dependentes e tem um impacto positivo no seu dia a dia. Também beneficia os empregadores e a sociedade, pois proporciona segurança jurídica no local de trabalho, protege a força de trabalho e promove o crescimento sustentável. Os benefícios em termos de coesão e estabilidade sociais também não devem ser subestimados.

**A Carta Social Europeia (CSE)** é um tratado do Conselho da Europa (CdE) que salvaguarda os **direitos económicos e sociais** fundamentais como contraparte da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH), que versa sobre os direitos civis e políticos. A CSE salvaguarda uma série de direitos humanos aplicáveis à vida quotidiana relacionados com emprego, direitos laborais, habitação, saúde, educação, proteção e assistência social. Oferece proteção ampla e completa dos direitos sociais e representa um componente essencial da arquitetura dos direitos humanos do continente.

A CSE serve também como texto de referência no direito da União Europeia; já que a maioria dos direitos sociais na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (a CDFUE ou Carta da UE) se inspira nos artigos pertinentes da CSE. A UE complementa as iniciativas políticas tomadas pelos seus Estados-Membros com a adoção de diretivas que estabelecem normas mínimas em tópicos como (i) as condições de trabalho e de emprego, (ii) a informação e consulta dos trabalhadores ou (iii) a saúde e segurança no trabalho. Existem mais de 240 milhões de trabalhadores só na União Europeia. A legislação laboral da UE anda de mãos dadas com o mercado único, onde a concorrência leal tem de ser promovida sem baixar os padrões laborais.

Portanto, é necessária uma melhor compreensão da dimensão dos direitos laborais enquanto direitos humanos por parte dos profissionais da justiça.

O curso HELP sobre "Direitos Laborais" abrange de uma **forma interativa os conceitos-chave, o sistema europeu de proteção dos direitos laborais** (decorrentes do Conselho da Europa e da UE), a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), bem como as decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS). Este último é um órgão independente de natureza parajurisdicional que supervisiona a situação nos Estados contratantes e desenvolve jurisprudência.

Este curso aborda simultaneamente os **direitos laborais individuais e coletivos**, principalmente com base na CSE e nos correspondentes artigos da CEDH. O curso também faz comparações e sinergias com a Carta da UE e apresenta a legislação laboral da UE relevante. Também considera as principais convenções da OIT.

É importante enfatizar a **indivisibilidade de todos os direitos humanos**, sejam eles civis, políticos, económicos, sociais ou culturais, e que não pode haver sociedade de direitos humanos sem o pleno respeito pelos direitos humanos sociais, incluindo os direitos laborais.

O curso online HELP sobre Direitos Laborais oferece um **currículo detalhado e abrangente** que inclui os conceitos-chave, o quadro jurídico do CdE e da UE (diretamente aplicável a nível nacional), a jurisprudência do TEDH, do TJUE e da CEDH, bem como áreas específicas da legislação laboral.

Em todos estes tratados europeus, o ponto de partida é o pleno respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores, definidos pela OIT em 1998:

- Proibição do trabalho forçado
- Proibição das piores formas de trabalho infantil
- Proibição de discriminação no emprego
- Direito de associação pacífica (ou seja, sindicatos) e negociação coletiva

## Sobre o curso

O curso foi inicialmente desenvolvido no âmbito do Projeto «HELP in 28». Foi atualizado em 2021 no âmbito do projeto EU-CdE «HELP in the EU II» para conter os desenvolvimentos mais recentes. O processo de atualização foi coordenado pelo Secretariado HELP e envolveu vários representantes de serviços relevantes do CdE: Secretariado da Carta Social Europeia, Secretariado da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, bem como da Secretaria do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

## Público-alvo

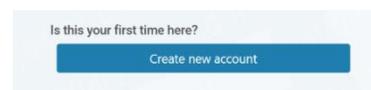
Este curso online gratuito é dirigido principalmente a **profissionais da justiça** (juízes, membros do Ministério Público, advogados e funcionários superiores do tribunal), mas também pode ser útil para as autoridades laborais nacionais (ou seja, inspeções de trabalho) e outras pessoas que trabalham no domínio dos direitos laborais.

## Como aceder ao curso online HELP

O curso está disponível gratuitamente em formato de autoaprendizagem na [Plataforma de e-learning HELP do CdE](#). A duração total da nova edição do curso online é de aproximadamente **13 horas** e aqueles que o concluírem em formato de autoaprendizagem poderão obter um «**Certificado de aprovação**».

Para aceder ao curso, deverá ter uma conta HELP. Caso ainda não tenha criado uma conta, poderá inscrever-se aqui, demora apenas 2 minutos:

<http://help.elearning.ext.coe.int/login/signup.php>.



# Descrição do curso

<b>1</b>	<b>Introdução</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• A evolução dos direitos laborais</li><li>• Direitos laborais ao abrigo dos sistemas europeus de proteção</li><li>• Introdução à Carta Social Europeia</li></ul>
<b>2</b>	<b>Direito ao trabalho e relação laboral</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Direito ao trabalho</li><li>• Direito a condições de trabalho justas</li><li>• Direito à privacidade no local de trabalho</li></ul>
<b>3</b>	<b>Tempo de trabalho e períodos de descanso</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Moldura jurídica</li><li>• Tempo de trabalho e períodos de descanso</li><li>• Períodos de descanso</li><li>• Tempo de trabalho, períodos de descanso e remuneração</li></ul>
<b>4</b>	<b>Remuneração justa e proteção do salário</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Nível de vida decente</li><li>• Descontos salariais</li><li>• Salvaguardas em caso de insolvência</li></ul>
<b>5</b>	<b>Cessação do contrato de trabalho</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Obrigações processuais de informar</li><li>• Motivos para a cessação do contrato de trabalho</li><li>• Consequências do despedimento ilegal</li></ul>
<b>6</b>	<b>Igualdade e não discriminação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aspectos gerais relacionados com a antidiscriminação</li><li>• Combate à discriminação no emprego</li><li>• Proteção de direitos</li></ul>
<b>7</b>	<b>Direitos laborais coletivos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Direito à informação e consulta</li><li>• Liberdade de associação</li><li>• Negociações e celebração de acordos coletivos</li><li>• Conflitos laborais e ação coletiva</li></ul>
<b>8</b>	<b>Segurança e saúde no trabalho</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Política nacional e quadro regulamentar</li><li>• Acidentes/doenças ocupacionais e salvaguardas processuais para as vítimas</li><li>• Serviços de medicina no trabalho</li></ul>
<b>9</b> <b>NOVO!</b>	<b>Tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Definição e conceitos relacionados</li><li>• Principais intervenientes</li><li>• Identificação de vítimas</li><li>• Direitos e assistência às vítimas</li><li>• Inquérito, processo judicial e julgamento</li><li>• Responsabilidade das empresas</li><li>• Acesso a reparação e compensação para as vítimas</li></ul>